

incentivo para a implementação de avaliações de projetos de prevenção à violência.

Adalgisa Peixoto Ribeiro  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação  
Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.  
adalpeixoto@yahoo.com.br

1. Waiselfisz JJ. Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência 2013. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude; 2013.

**PLÁGIO: PALAVRAS ESCONDIDAS.** Diniz D, Terra A. Brasília: Letras Livres/Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2014. 195p.

ISBN: 978-85-98070-36-0 (Letras Livres)

ISBN: 978-85-98070-37-7 (Editora Fiocruz)

<http://dx.doi.org/10.1590/0102-311XRE030215>

### O tabu do plágio na escrita acadêmica: uma saída do silêncio

Débora Diniz é pesquisadora da Anis (Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero) e docente da Universidade de Brasília (UnB). Os temas das pesquisas que desenvolve transitam nas áreas dos direitos humanos, feminismo, documentário, antropologia visual, saúde coletiva e bioética. Dentro do terreno da ética na pesquisa, um dos temas que tem interessado a autora são as práticas cotidianas dentro da vida acadêmica, e como ao explorá-las se abrem passagens para questionar e refletir sobre as relações sociais dentro da academia. Em 2012, dentro do livro *Carta de uma Orientadora: O Primeiro Projeto de Pesquisa*<sup>1</sup> explorou a relação de orientação docente-discente dentro das universidades brasileiras.

Nessa ocasião, aliou-se com a Ana Terra, linguista, tradutora, especialista em gramática e com ampla experiência na revisão de textos acadêmicos, para falar da ética na escrita, uma prática central dentro do mundo acadêmico. No livro *Plágio: Palavras Escondidas*, as autoras empreenderam a tarefa de fazer uma etnografia do plágio, um tabu dentro da academia, como o descrevem. Pareceria que o tema do plágio tem sido suficientemente explorado por manuais de metodologia e ética, porém as autoras problematizam o tema ao declararem que não existe total clareza dentro do processo pedagógico.

O que as autoras entendem por plágio? Definem o plágio como “uma apropriação indevida e não autorizada na criação literária” (p. 24). No primeiro capítulo, percorrem diversas descrições passando pelo jurídico, histórico e sociopsíquico. No entanto, enquadram a sua etnografia no campo da ética e da integralidade acadêmica, no terreno das ciências sociais, explorando

o plágio dentro dos papéis de leitor e autor de textos acadêmicos. Dentro do que as autoras contemplam como plágio, está o comum plágio-cópia, tomar um texto ou trechos exatos dele para um texto acadêmico sem nenhum reconhecimento do autor original. Mas ampliam essa descrição, ao apresentar um interessante conceito: o plágio-pastiche.

O termo plágio-pastiche foi construído mediante uma analogia com a arte. Significa tomar um original e fazer pequenas modificações, o que no caso dos textos acadêmicos significa modificar vocabulários, conectivos e fazer alterações de pontuação de um texto ou um trecho, mas ainda está presente a construção da ideia do autor original, o pesquisador não faz nenhum acréscimo argumentativo ou teórico, é uma modificação gramatical do original. Esse tipo de plágio escapa do olhar dos caça-plágios, pois, não responde à detecção da cópia exata de frases de sete ou nove palavras como operam geralmente tais sistemas. Esse tipo de plágio exige bons leitores para ser reconhecido. Se bem pastiche na arte pode gerar obras geniais, na academia pode ser considerado plágio.

Nesse sentido, dentro da obra se exploram os limites da intertextualidade. Abordam-se reflexões das fronteiras entre ela e o plágio, no marco da discussão pós-moderna do pertencimento das vozes autorais. O reconhecimento desses limites e a sua aplicação na escrita vão depender, afirmam as autoras, da sensibilização permanente em ambientes pedagógicos sobre o plágio. Mas, além disso, construir espaços para conhecer as regras da escritura, fazê-las explícitas. Ensino ao redor da leitura, da repetição, da síntese e da escritura devem ser permanentes, não autoevidentes. Portanto, as autoras se colocam num patamar mais educativo do que punitivo frente ao plágio.

Valendo-se dessa perspectiva, na obra se desenvolvem ensinamentos sobre boas práticas na escrita acadêmica. Os usos das práticas como citações textuais, paráfrases e normas de pontuação são explicitados por meio de pistas sobre frequência, respeito e economia na escrita. Processos de publicação, notas de leitura, software de bibliografia e uso de referências primárias e secundárias são refletidos para evitar acusações de plágio. As autoras trabalham sobre o não dito na ciência, explicitam as regras da comunicação acadêmica, traduzem as formalidades dos códigos de ética para pensar a cotidianidade da vida acadêmica.

Esses objetivos são atingidos pela passagem por diversas ramificações do plágio: plágio de dados, plágio de revisores, plágio de títulos, são exemplos delas. Mas essa passagem não é feita sem problematizar algumas das categorias de plágio estabelecidas dentro do relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tais como o autoplágio e o plágio de ideias<sup>2</sup>. Quanto ao primeiro, plagiar-se é uma contradição, além de implicar um desgaste para o leitor em uma repetição desnecessária não tem as implica-

ções éticas do plágio. No segundo, advertem que pode ser um conceito problemático dado que pode alterar a livre troca de ideias no mundo acadêmico, fundamental para a construção da ciência. Sustentam que, para haver plágio, tem de ter um registro escrito da autoria das ideias.

Esses são alguns dos exemplos dentro dessa etnografia do plágio, a qual clarifica, aprofunda e problematiza o cenário atual desse tema dentro da ética em pesquisa, e dentro das universidades brasileiras. Questiona e reflete sobre o viés punitivo do plágio dentro dos contextos pedagógicos, sobre questões como os processos avaliativos para os discentes e sobre a lógica da métrica na progressão científica. O livro procura desvendar o suposto ethos compartilhado entre pesquisadores, passar do silêncio à fala sobre plágio, como as autoras descrevem. Tais objetivos são desenvolvidos em setes capítulos e uma seção final em formato de perguntas e respostas, que reproduz uma possível conversa entre o leitor da obra e as criadoras do texto.

Débora Diniz e Ana Terra constroem dentro da obra um diálogo permanente entre argumento e imagem ao apresentarem um estilo argumentativo prazeroso, pela companhia permanente de obras artísticas ao longo do texto. Há um relacionamento permanente com a arte, a vida cotidiana da academia e a ética em

pesquisa que permite clarividência de termos como pastiche, belamente exemplificado com a *Monalisa* de Leonardo Da Vinci. O livro passeia entre diferentes áreas do saber, para enriquecer além da argumentação a nossa sensibilidade frente ao plágio e a sua complexidade nos diversos campos científicos. Plágio é um tema transversal, essencial para a ética na comunicação acadêmica e que convida a pensar sobre a prática da escrita, etnografias como essa revelam como o mundo da pesquisa pode debruçar-se sobre as práticas da academia e problematizar processos que dentro da ciência aparentam ser autoevidentes.

Laura Camila Sarmiento Marulanda  
Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.  
aalaura88@gmail.com

1. Diniz D. Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa. Brasília: Letras Livres; 2012.
2. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq. <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda> (acessado em 20/Set/2014).